

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.936 - SP (2019/0123287-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : JULIA SERODIO
ADVOGADO : JACKSON F DE MELO COSTA - SP157476

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão do eminente Ministro Presidente, que conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial, com fundamento no art. 21-E, V, do RISTJ.

Inconformada, a parte ora agravante sustenta que:

"Monocraticamente, fls. 1296/1298, foi proferida decisão negando conhecimento ao recurso especial do ente público, sob o fundamento de que inexistia indicação do dispositivo de lei violado, incidindo o 284 da súmula do STF.

Tal decisão, contudo, não merece prevalecer.

O recurso especial do ente público alegou violação ao artigo 496, I, e §3º, do CPC, como podemos constatar às fls. 1242 e 1245" (fls. 1.304e).

Por fim, requer "a reconsideração da decisão proferida, para que seja dado provimento ao recurso especial do ente público" (fl. 1.304e).

Intimada, a parte agravada apresentou Impugnação (fls. 1.306/1.309e), pugnando pelo desprovimento do agravo.

Às fl. 1.313e, o Ministro Presidente, com fulcro no art. 21-E, § 2º, do RISTJ, determina a distribuição do Agravo.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela agravante, reconsidero a decisão de fls. 1.296/1.298e.

Passo, novamente, ao exame do Agravo em Recurso Especial.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE

DEMISSÃO. MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO. VEDAÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO. SEPARAÇÃO DOS PODERES. SENTENÇA PROCEDENTE. NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO DESPROVIDO

1. A análise da legalidade do processo administrativo e, em especial, do ato de demissão, não se limita à verificação da regularidade do procedimento, cabendo ao Poder Judiciário verificar se a Administração Pública respeitou os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Tal não configura qualquer invasão na análise do mérito administrativo. Precedente do STJ.

2. A verificação da legalidade do procedimento passa pela análise da existência de justa causa para a aplicação da penalidade disciplinar ao servidor, ou seja, cumpre ao Poder Judiciário verificar se os fatos imputados a ele de fato ocorreram.

3. O ato de demissão da servidora deu-se com fundamento no artigo 132, inciso XIII, da Lei nº 8.112/90, por ter se valido do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

4. A comissão entendeu 'que a servidora incorreu em faltas disciplinares ao proceder a concessão de cinco benefícios previdenciários quando efetuou enquadramento de período como especial, sem solicitar ao esclarecimento ao empregador quanto à informação constante do formulário de exposição a agente nocivo de forma esporádica e ao considerar eletricidade e ruído como agentes nocivos, deixando de encaminhar o processo à perícia médica. A servidora teria atuado desde a habilitação até o despacho concessório dos benefícios.

5. Conforme apurado tanto na instrução desta ação ordinária quanto na fase administrativa, a questão acerca da qualificação como especial para a função de cabista de empresa do ramo de telefonia e para a função de pedreiro do ramo de construção civil em canteiro de obras era divergente entre as Agências da Previdência Social e até entre os servidores da mesma agência, inclusive sobre de quem era a competência para efetuar o enquadramento por atividade.

6. Ainda que o tema tenha sido regulamentado em 1999 no âmbito da Previdência Social (Parecer MPS/CJ nº 1766, de 28 de maio de 1999, fls.

314/317), que considerava especial somente o cabista de instalação de rede elétrica, não abrangendo profissionais que trabalhavam com rede de telefonia, sendo necessária a análise da efetiva exposição ao

agente nocivo por perito, nem todas as agências tinham conhecimento dessa regulamentação, tanto que somente no final de 2003 a Gerência Executiva Sul detectou que a Agência Cidade Dutra era a única que realizava o enquadramento dessa atividade como atividade especial. Assim foi celebrada entre a Divisão de Benefícios da Gerência Executiva Sul e os servidores daquela agência, restando acertado que, a partir daquela data, os servidores deveriam enquadrar a função de cabista da rede de telefonia como atividade comum ou encaminhar para análise do setor de perícia (GBENIN), tanto que o próprio Chefe da Divisão de Benefícios da Gerência Executiva Sul apurou que, após a dita reunião, não houve mais esse tipo de divergência naquela agência.

7. Os benefícios concedidos pela servidora foram deferidos judicialmente, tanto que a Gerência Executiva Sul informou que quatro benefícios foram reativados por decisão judicial, não tendo sido apurado prejuízo ao erário, e o quinto benefício foi mantido, pois, após saneadas as irregularidades, o segurado tinha tempo de contribuição suficiente.

8. Não há que se falar que houve proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, pois não restou comprovado que a servidora tenha logrado qualquer tipo de vantagem, ou que o segurado tenha obtido proveito irregular, tendo a própria Administração reconhecido a ausência de prejuízo ao erário.

9. Não há que se falar ainda em infração grave cometida pela servidora, pois, conforme demonstrado acima, a conduta por ela praticada na concessão desses benefícios não decorreu de má-fé, mas apenas por conta da divergência de entendimento quanto à orientação da Administração, registrando-se a precariedade da comunicação à época.

10. Apelação desprovida" (fls. 1.206/1.207e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS.

I. Quanto ao processamento de remessa necessária. não houve omissão porquanto não comprovado o cumprimento do requisito do art. 496, §3º, I, do CPC.

2. Os embargos não passam de mera manifestação do inconformismo dos embargantes. o que deve ocorrer por meio da via recursal adequada, e não pela via dos embargos de declaração.
3. A interposição dos embargos de declaração implica, tacitamente, no pré-questionamento da matéria. sendo desnecessária a sua expressa menção (art. 1.025 do CPC).
4. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 1.237e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 496, I e § 3º, do CPC/2015, sustentando que:

"Trata-se de ação em que a autora obteve provimento jurisdicional para declarar nula sua demissão, ocorrida em 13.10.2009 e consequentemente reintegrá-la, condenando o INSS a pagar os vencimentos correspondentes desde a demissão e caso tenha alcançado o tempo de aposentadoria, a aposentá-la.

Determinou, ainda, que reconheça o direito a promoções e vantagens, como se em exercício estivesse, além de férias, 13º salário e demais verbas devidas (fls. 1016verso).

Em sede de embargos de declaração (fls. 1119/1126), alegou o INSS omissão quanto à observância da remessa oficial, além de outras matérias.

A C. Turma do TRF-3a Região rejeitou os embargos aclaratórios, entendendo que não é caso de aplicar o disposto no artigo 496, §3º, I, do CPC, pois o valor da causa é de R\$1.000,00 e o proveito econômico é inferior a 1.000 salários mínimos, considerando o salário da autora em 2008.

Não se pode deixar de mencionar que o argumento relativo ao valor da causa deve ser rechaçado de plano, pois uma vez que é obrigatório dar algum valor à causa, nunca ocorreria a mencionada iliquidez!

Ora, segundo o Superior Tribunal de Justiça, as exceções estabelecidas com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido que dispensam o reexame da decisão contrária à Fazenda Pública não se aplicam quando a sentença for ilíquida, por falta de parâmetro.

(...)

Assim, nos termos do artigo 496, do NCPC, a r. sentença deveria ser reexaminada não só em razão da apelação, mas também em razão da remessa oficial.

Ressalta-se que em ações em que há cumprimento de reintegração de

servidor com pagamento dos vencimentos no período de afastamento -e no caso a demissão foi em outubro/2009, ou seja, há nove anos -o valor da condenação ou proveito econômico geralmente é vultoso, em sua maioria superando R\$ 1.000.000,00, já que incidirão juros e correção monetária.

Além do mais, o que também demonstra a iliquidez da sentença é que o valor da condenação dependerá da remuneração da autora, além de promoções e outras vantagens, ainda não sabidas quando da prolação da sentença" (fls.1.242/1.244e).

Requer, ao final, "o provimento do presente Recurso Especial para que seja anulado o v. acórdão proferido em sede de apelação e em sede de embargos de declaração, de forma a ser apreciada a remessa oficial" (fl. 1.245e).

Contrarrazões, a fls. 1.249/1.253e.

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 1.255/1.271e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.272/1.279e).

Contraminuta, a fls. 1.285/1.290e.

Na origem, ação de rito ordinário ajuizada pela requerida, objetivando o reconhecimento da nulidade do ato administrativo contra ela praticado, tomando nula a pena de demissão, ou, subsidiariamente, a nulidade dos atos administrativos praticados sem a presença do advogado por ela constituído.

Julgada procedente a demanda, recorreu o réu, restando mantida a sentença pelo Tribunal de origem.

A irresignação não merece acolhimento.

A recorrente alega ofensa ao art. 496, § 3º, I, do CPC/2015 ao fundamento de que o Tribunal regional não observou a remessa necessária, uma vez que "No presente caso, o valor da condenação, uma vez mantidos a r. sentença e r. acórdão, não é certo e líquido" (fl. 1.244e). E, conclui, "que o não conhecimento da remessa oficial causa enorme prejuízo ao INSS, já que questões relevantes, lançadas na petição de embargos à execução, não foram apreciadas em razão de não considerar presente a remessa ex officio" (fl. 1.244e).

Não obstante os argumentos aduzidos, por importante, transcrevo o seguinte trecho do aresto proferido quando do julgamento do recurso integrativo:

"Primeiramente, no tocante ao processamento de remessa necessária, não houve omissão porquanto **não comprovado o cumprimento do requisito do art. 496, §3º, I, do CPC.**

Com efeito, nos termos do artigo 496, §3º, inciso 1, do Novo Código de Processo Civil, o reexame necessário não se aplica nos casos de sentença proferida contra a União e as suas

respectivas autarquias, quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa não exceder a 1.000 (mil) salários-mínimos.

No caso dos autos, considerando o valor da causa (R\$ 1.000,00), bem como o valor do salário bruto da embargante em 2008 (R\$ 1.644,11, fl. 379), notar-se-á facilmente que o proveito econômico até a data da sentença não extrapola o limite de 1.000 (mil) salários mínimos.

Salutar esclarecer que a aplicação imediata deste dispositivo encontra respaldo em escólio doutrinário. A propósito, transcrevo os ensinamentos dos Professores Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, na obra "Comentários ao Código de Processo Civil", Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1.174, in verbis:

'A remessa necessária não é recurso, mas condição de eficácia da sentença. Sendo figura processual distinta do recurso, a ela não se aplicam as regras de direito intertemporal processual vigentes para os eles: a) o cabimento do recurso rege-se pela lei vigente à época da prolação da decisão: b) o procedimento do recurso rege-se pela lei vigente à época em que foi efetivamente interposto o recurso - Assim, por exemplo, a L 10352/01, que modificou as causas que devem ser obrigatoriamente submetidas ao reexame do tribunal. após sua entrada em vigor, teve aplicação imediata aos processos em curso.

Consequentemente, havendo processo pendente no tribunal, enviado mediante a remessa do regime antigo, no regime do CPC/1973, o tribunal não poderia conhecer da remessa se a causa cujo envio não mais existia no rol do CPC/73 475. É o caso, por exemplo, da sentença que anulou o casamento, que era submetida antigamente ao reexame necessário (ex-CPC/1973 475 1), circunstância que foi abolida pela nova redação do CPC/1973 475, da apela L 10352/01. Logo, se os autos estão no tribunal apenas para o reexame de sentença que anulou o casamento, o tribunal não pode conhecer da remessa" (fls. 1.230/1.231e)

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em

conformidade com a **Súmula 7/STJ**.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. INOVAÇÃO RECURSAL. TESE DEDUZIDA SOMENTE EM RECURSO ESPECIAL. HIPÓTESE EM QUE SE DISCUTE O CABIMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO. INDISPENSABILIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. Quanto à tese que defende a aplicação do entendimento da Súmula 490 do STJ, observa-se que tal tese não foi levantada perante o Tribunal de origem. Caracteriza-se, portanto, indevida inovação recursal em Recurso Especial, não cabendo ao STJ manifestar-se sobre matéria não apreciada pela instância ordinária, já que nem sequer fora objeto das razões dos Embargos de Declaração.

3. O Tribunal de origem consignou: **"De outra parte, na hipótese, não há reexame necessário, porque o valor da causa não supera sessenta salários mínimos, nos termos do artigo 475, §2º, do Código de Processo Civil"** (fl. 117, e-STJ).

4. **Decidir de forma contrária ao que ficou expressamente consignado no v. acórdão recorrido implica revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.**

5. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.671.583/SP, Rel. Ministro HERMAN

BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2017).

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 1.296/1.298e, e com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora